

VOCAÇÃO MODERNIZADORA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Luiz Rogério Franco Goldoni*

RESUMO

Ao longo da Primeira República, o Exército brasileiro perseguia sua modernização. Esta era dificultada pelo atraso econômico, científico e industrial do país. O ganho de autonomia defensiva estaria condicionado à importação de equipamentos militares e a contratação de uma missão de ensino estrangeira. Potências econômicas e bélicas europeias percebiam que o atendimento às demandas da corporação armada poderia abrir o crescente mercado brasileiro para outros produtos industriais. A disputa em torno do envio da missão estrangeira duraria cerca de dez anos. Em 1919, a contratação da Missão Militar Francesa daria de forma permanente o estímulo para a modernização e aperfeiçoamento profissional do Exército brasileiro.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Modernização. Missão Militar Francesa.

THE MODERNIZING CALLING OF THE BRAZILIAN ARMY

ABSTRACT

During the First Republic, the Brazilian army looked for its modernization. It was restricted by the country's economic, scientific and industrial backwardness. The achievement of a defensive autonomy was subordinate to the import of military equipment and the hiring of a foreign teaching mission. European economic and military powers realized that the accomplishment of the armed corporation demands could open the emerging Brazilian market to other industrial products. The dispute around the dispatch of a foreign mission had lasted for about ten years. In 1919, the hiring of the French Military Mission would permanently stimulate the modernization and the professional specialization of the Brazilian army.

Keywords: Brazilian Army. Modernization. French Military Mission.

VOCACIÓN MODERNIZADORA DEL EJÉRCITO BRASILEÑO

RESUMEN

A lo largo de la Primera República, el Ejército Brasileño perseguían su modernización. El retraso económico, científico e industrial dificultaba que alcanzara esta

* Doutor em Ciência Política; pesquisador do Observatório das Nacionalidades; editor de Tensões Mundiais. Contato: Irogeriogoldoni@tensoesmundiais.net

meta. La ganancia de autonomía defensiva estaría condicionada a la importación de equipos militares y la contratación de una misión de enseñanza extranjera. Poderes económicos y bélicas europeas se dieron cuenta que cumplimiento de las demandas de la corporación armada podría abrir el creciente mercado brasileño y otros productos industriales. La disputa sobre el envío de la misión extranjera duraría unos diez años. En 1919, la contratación de la Misión Militar Francesa estimularía, de modo permanente, la modernización y perfeccionamiento profesional del Ejército Brasileño.

PALABRAS CLAVE: EJÉRCITO BRASILEÑO. MODERNIZACIÓN. MISIÓN MILITAR FRANCESA.

1 INTRODUÇÃO

Informadas, através da literatura especializada, sobre os avanços tecnológicos e industriais, bem como sobre as novas configurações das organizações militares e da guerra, partes da elite brasileira, durante a Primeira República, firmavam a convicção de que a construção de um Estado soberano exigia a modernização de suas corporações e a implantação de um parque industrial capaz de atenuar a dependência das importações e reduzir a grande diferença entre a capacidade militar do país em relação a das potencias industriais.

No que diz respeito aos oficiais do Exército, alguns deles de grande erudição e vivacidade intelectual, certamente, não alcançavam a complexidade requerida pela montagem do aparelho militar longamente forjado pelas potências industriais. Tratava-se de um saber técnico cujo domínio teórico teria que ser obrigatoriamente desenvolvido a partir de experiências práticas, ou seja, deveria ser concretizado no trabalho do dia a dia com o corpo da tropa e com o manuseio de equipamentos que o país não produzia. Os desafios eram consideráveis e o seu enfrentamento repercutiria na vida brasileira ao longo de todo o século XX.

2 ÍMPETO MODERNIZADOR DO VELHO EXÉRCITO

Na literatura referente ao período imperial, há abundantes registros de que oficiais do Exército brasileiro manifestaram apoio a propostas avançadas para a época, como a abolição da escravatura, a extinção do regime monárquico e a defesa do Estado laico. Oficiais do Exército estimulavam a educação e as atividades industriais. John Schulz sublinharia o fato de a Escola Militar cumprir papel de destaque na formação de quadros intelectuais num ambiente em que predominava o analfabetismo e em que o ensino superior era rarefeito.

Entretanto, os trabalhos disponíveis sobre a participação dos militares na vida brasileira ao longo do século XIX ainda não oferecem lastro suficiente para

conclusões mais sólidas. A pesquisa acadêmica especializada, efetivamente, pouco se debruçou sobre a organização militar nesse período, em que pese a exploração de temas relevantes como a Guerra do Paraguai (DORATIOTO, 1991) e a figura do Duque de Caxias (SOUZA, 2008). O que não comporta dúvidas é o alto desenvolvimento do espírito corporativo após o retorno das tropas do Paraguai – manifestado com eloquência na “Questão Militar” que precedeu a Proclamação da República – e a disposição de determinados comandantes no que diz respeito às reformas na corporação, refletidas sobretudo nas numerosas tentativas de mudança nos programas de ensino da Escola Militar, mencionadas por Shulz e analisadas pormenorizadamente pelo general Jeovah Motta.¹

A vontade reformista, não obstante, tinha alcance limitado e pouco repercutiu efetivamente sobre a organização corporativa, que persistia com fortes traços milicianos. O recrutamento era baseado no “laço” (trabalhadores, sobretudo rurais, eram presos arbitrariamente e enviados para os quartéis) e a disciplina era pautada por castigos corporais. As unidades do exército distribuídas no vasto território brasileiro mantinham inclusive fortes vínculos com as oligarquias provinciais.

A mais conhecida tentativa de reforma do ensino militar no século XIX foi proposta por Benjamim Constant, no início do regime republicano, quando a pregação positivista atingiu o seu auge. Constant estava mais preocupado em formar um organismo militar para conduzir o destino do país do que em prepará-lo para enfrentar batalhas. A reação ao “bacharelismo” contido nas ideias desse líder positivista ocorreu quando o general João Nepomuceno Medeiros Mallet foi nomeado Ministro da Guerra (1898-1902).

Artilheiro experimentado na Guerra do Paraguai e republicano decido, Mallet buscou garantir mais profissionalismo ao ensino militar. Além disso, tentou alterar as bases do regime disciplinar e das normas de promoção; reformar o estado-maior; criar grandes unidades; introduzir exercícios práticos; remodelar os quartéis; e adquirir novas armas. Segundo Frank McCann (2007, p. 106-110), as ideias de Mallet teriam fornecido “a base intelectual para as iniciativas de reforma [do Exército] até a Primeira Guerra Mundial”. McCann acredita que a maior contribuição de Mallet para o pensamento militar brasileiro tenha sido sua insistência na necessidade de constantes manobras de treinamento.

Ao assumir a pasta da Guerra, Mallet solicitara ao Estado-Maior do Exército (EME) que:

1 Manuel Domingos Neto (1979), em sua tese de doutorado, procurou demonstrar o esforço dos oficiais do Exército para modernizar a corporação na segunda metade do século XIX. A pesquisa do general Jeovah Motta sobre a formação dos oficiais do Exército transcreve e comenta detalhadamente as iniciativas de reforma dos programas da Escola Militar. Esse autor assinala que, apesar do alcance limitado das reformas, a Escola Militar formou quadros que, bem ou mal, deram organicidade ao numeroso exército mobilizado para combater Solano Lopez.

[...] elaborasse um plano de reorganização, “adaptando às nossas condições os preceitos e aperfeiçoamentos sancionados pela experiência das nações mais adiantadas”, mas advertiu que “a situação geográfica e política em que nos achamos, a falta de pessoal para o desenvolvimento das indústrias e da agricultura, impediam moldar completamente o nosso exército pelos das potências europeias” (...) não tendo condições para possuir um exército numeroso, o Brasil deveria desenvolver um exército pequeno capaz de ser facilmente mobilizado e posto em ação. Um exército qualificado, limitado, eficiente e passível de rápida expansão foi o objetivo dessa reforma e de quase todas as outras posteriores. (MCCANN, 2007, p. 108).

Como veterano combatente, o ministro da Guerra não via com bons olhos o fato de oficiais terem contato com as manobras de guerra apenas através de textos teóricos, tratados ou relatos de experiências estrangeiras. McCann atribui o fracasso das propostas de Mallet, entre outros fatores, ao delicado momento econômico que o país atravessava, assumindo assim um argumento habitualmente utilizado pelos militares para o insucesso de suas iniciativas. O que deve ser levado objetivamente em conta é a capacidade real do corpo de oficiais de implementar o programa reformista: como materializar, num país agroexportador, mal integrado e recém-saído do escravismo um aparelho militar desenvolvido pelas potências industriais? Nesta época, inclusive, a oficialidade estava profundamente dividida, fenômeno alimentado pelo exercício do poder nos primeiros anos do regime republicano.

Todavia, os propósitos de Mallet revelam inequivocamente o desejo de se criar no Brasil um aparelho militar moderno e com capacidade de autoabastecimento. Realista, o Ministro alertava que, devido à “falta de pessoal para o desenvolvimento das indústrias e da agricultura” não seria possível se espelhar completamente nos exércitos europeus e que a reforma do Exército deveria ser condizente com a realidade econômica do país.

A vocação modernizadora volta a se manifestar claramente quando o Ministério da Guerra passa a ser conduzido por Francisco de Paula Argolo (1902-1906) e Hermes da Fonseca (1906-1909). As ideias de Mallet são retomadas e ampliadas, agora de forma mais objetiva: Argolo e Hermes estavam convictos de que o país deveria contar com a colaboração de especialistas estrangeiros. Enquanto as negociações diplomáticas se desenvolviam, o Comando do Exército organizou, em 1905, as manobras da Corporação, prática que quebrava a rotina de longos anos sem treinamento. Os exercícios duraram 18 dias. A guarnição do Rio de Janeiro marchou até o Campo dos Cajueiros, em Santa Cruz (subúrbio do Rio), e ensaiou ataques simulados tentando se aproximar do ambiente de uma campanha. Para observadores estrangeiros, esta experiência se aproximou mais de um desfile festivo com a finalidade de impressionar a sociedade carioca do que de uma manobra militar (DOMINGOS NETO, 1979, p. 83).

No relatório em que prestou conta de sua iniciativa, Hermes destacou

que a má qualidade dos artigos nacionais colocava a defesa da nação em xeque. As botas novas distribuídas antes da marcha eram tão ruins que a maioria dos soldados chegou descalça a Santa Cruz. As botas não resistiram a uma marcha de cerca de 50 quilômetros. As mochilas eram pesadas e suas alças impediam a circulação do braço. O peso das munições arrebentava as cartucheiras de couro e os cintos não paravam fechados. Numa situação de guerra, o soldado fatalmente teria que lutar descalço e literalmente com os braços e as mãos atadas, por causa das mochilas. Caso conseguisse a mobilidade necessária para disparar sua arma, correria o risco de perder a munição ao longo do caminho. Havia ainda a possibilidade de a calça do soldado cair no meio do combate. Essa realidade não condizia com as características do aparelho militar moderno que se pretendia implementar.

Dez anos após a famosa manobra comandada pelo general Hermes, o general Setembrino de Carvalho discorreria minuciosamente sobre a expedição ao Contestado assinalando a “necessidade de fardamento de campanha adequado, calçados, barracas e carroções mais fortes e melhor uso do telégrafo e de telefones de campanha”. (MCCANN, 2007, p. 210).

A tropa descalça, que mal sabia atirar, era comandada por “doutores tenentes” e “doutores coronéis”, que teriam um vasto conhecimento sobre filosofia, direito e política e pouquíssimo domínio de assuntos militares.

A educação oferecida em Praia Vermelha era manifestamente teórica, pobre em conteúdo militar. Das dezoito matérias do currículo, cinco poderiam ser classificadas como militares: arte militar (isto é, história militar), fortificações, artilharia, administração militar e higiene militar. Não se ensinava coisa alguma sobre balística. O curso de fortificações concentrava-se em velhos estilos, e os alunos de artilharia aprendiam as minúcias da pólvora negra, quando outros exércitos já a tinham substituído pela pólvora sem fumo. Assim, em uma escola destinada a preparar oficiais, os candidatos nada aprendiam sobre armas ou seu uso. (MCCANN, 2007, p. 134).

José Murilo de Carvalho (2005, p. 25) definiu sucintamente o tipo de formação oferecida em Praia Vermelha: “O que na verdade produzia a escola eram bacharéis fardados, a competir com os bacharéis sem farda das escolas de Direito”. Estevão Leitão de Carvalho, que esteve na Escola entre 1901 e 1904, observaria que o ambiente quase nada tinha de militar e que nem a formatura da tropa era observada. O então jovem oficial se identificava mais como um intelectual “diletan-te”, dividido entre a literatura e as ciências exatas, do que exatamente como um profissional das armas.

Em 1905, após o fechamento da escola da Praia Vermelha e da Escola Preparatória e Tática,² o Ministério da Guerra, sob comando do general Argollo criou a Escola de Guerra em Porto Alegre, que tinha entre seus objetivos pôr fim à formação de “oficiais doutores”. O ensino oferecido pela nova escola deveria privilegiar a experiência prática com o objetivo de preparar os oficiais para o combate. Dessa forma, os estudos teóricos e as disciplinas não especificamente militares teriam menor espaço.

A nova linha de ensino exigiria um novo tipo de instrutor, que substituiria os professores de teoria acostumados a dar aulas baseadas no quadro-negro. O propósito de Argollo sofria com a falta de profissionais tecnicamente capacitados a lidar com a tropa. Em 1906, Argollo enviaria seis oficiais de baixa patente para realizar estágio de dois anos no Exército alemão, iniciando um processo de vastas repercussões na vida da corporação. Esses oficiais, conhecidos como “jovens turcos”, estariam fadados a dar posteriormente os primeiros passos rumo a uma revolução no ensino e na organização do Exército brasileiro.³

Em 1908, Hermes da Fonseca e Luís Mendes de Morais, então comandante do 4º Distrito Militar, Rio de Janeiro, foram convidados pelo Kaiser Guilherme II para assistir às manobras do Exército alemão.⁴ Os generais brasileiros foram recepcionados pelo capitão Constantino Deschamps Cavalcante, um dos oficiais que Argollo designara em 1906 para estagiar na Alemanha. Durante a visita, “Hermes negociou com a Alemanha o envio de uma missão para supervisionar a reorganização do Exército” (MCCANN, 2007, p. 145). Começaria então a disputa entre Alemanha e França para ver qual país enviaria ao Brasil uma missão de instrução militar. Estava em jogo não só o prestígio de suas forças

- 2 Por ordem do governo federal, a Escola Militar do Brasil que estava localizada na Praia Vermelha foi fechada em 1904 conforme publicação no Boletim do Estado-Maior do Exército. Ordem do Exército nº. 386, de 16 de novembro de 1904. A Escola Preparatória e Tática funcionou de 1898 a 1905 (Fonte: Revista do Clube Militar. Número especial dedicado ao sesquicentenário da AMAN. Rio de Janeiro, jan - mar de 1961, nº. 158). Agradeço a um dos pareceristas do presente artigo por essas informações.
- 3 Há divergência sobre quem enviou a primeira turma de oficiais para estagiar na Alemanha em 1906. Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho apontam Hermes da Fonseca como responsável, enquanto Frank McCann diz que foi o general Argollo. Em favor de McCann, há o fato de Argollo ter conduzido o Ministério da Guerra até 15 de novembro de 1906, quando foi então substituído por Hermes. As obras consultadas não indicam a data de embarque dos oficiais para a Alemanha. Mesmo que tenham embarcado após a posse de Hermes no Ministério da Guerra, as negociações foram realizadas quando Argollo ainda era ministro. Manuel Domingos Neto (1979) disserta sobre a participação do Barão do Rio Branco nas negociações então desenvolvidas. Cristina Luna detalha as negociações que resultaram no envio dos oficiais a Alemanha.
- 4 Há, mais uma vez, divergências na literatura sobre a data da visita de Hermes à Alemanha. McCann (MCCANN, 2007, p. 145) afirma que foi em 1908; Murilo de Carvalho (2005, p. 27), em 1910. Essa diferença de datas é muito importante e implica diferentes interpretações sobre a visita. Segundo McCann, quem visitou o Exército alemão foi o Ministro da Guerra (Hermes ficou no comando do Ministério da Guerra de 15 de novembro de 1906 a 27 de maio de 1909). Para Carvalho, a visita teria sido feita pelo Presidente da República (Hermes foi empossado em 15 de novembro de 1910). Como será visto mais adiante, de acordo com McCann, Hermes visitou em 1910 o Exército francês e não o alemão.

armadas e contratos comerciais de venda de armas e petrechos bélicos; os dois países pretendiam assegurar mercado para suas crescentes indústrias.⁵

Em 1908, o ministro francês dos Negócios Estrangeiros, fazendo uma sondagem junto ao Ministro da Guerra sobre as possibilidades de admitir no corpo de tropa francês estagiários brasileiros, sublinhava:

Com efeito, não preciso vos assinalar todas as vantagens que a Alemanha retira, para a manutenção do seu prestígio militar no Brasil, da presença desses oficiais (os estagiários brasileiros) em seus regimentos. Quando eles voltam à pátria, retornam totalmente imbuídos de uma admiração exclusiva pelos chefes do Exército imperial, pelos seus métodos estratégicos, pelo material militar empregado na Alemanha e também totalmente penetrados pela cultura germânica, da qual se farão daí em diante, e às vezes, mesmo inconscientemente, propagandistas entre seus compatriotas. Por outro lado, relações de amizade se estabelecem entre os estudantes e os antigos instrutores, relações que estes últimos sabem usar maravilhosamente em favor da indústria alemã. (DOMINGOS NETO, 1980, p. 51-52).

A disputa envolvia não só a utilização de armamentos diferentes, mas também a adoção de diferentes doutrinas e estratégias de guerra. Segundo Fuller, no início do século XX, a doutrina do Exército francês baseava-se no princípio da “ofensiva a qualquer preço”; os alemães adotavam a doutrina defensiva-ofensiva proposta pelo general Helmuth von Moltke, ex-chefe do Estado-Maior do Exército prussiano (1857-1888). As diferenças entre os dois exércitos ficariam mais claras durante a Primeira Guerra Mundial. Apesar de possuir uma poderosa indústria, os alemães deram pouca importância à fabricação e utilização do veículo blindado militar, ao contrário dos seus adversários.⁶ A contratação de uma ou outra missão poderia dar feições bem distintas ao Exército brasileiro, porém, sem risco para a perda dos traços caracterizadores do aparelho militar moderno, já que tanto a Alemanha como a França haviam consolidado as reformas em seus exércitos.

3 MILITÂNCIA DOS JOVENS TURCOS

Entre 1906 e 1912, um total de trinta e seis oficiais brasileiros realizaram estágios de dois anos no Exército alemão. A trajetória de modernização do Exército brasileiro ganharia impulso considerável com o retorno desses jovens oficiais ao pa-

5 De acordo com Domingos Neto, “A perda de projeção da Inglaterra não ensejara automaticamente a supremacia dos Estados Unidos na América Latina, que persistia como espaço relativamente aberto à disputa entre as grandes potências europeias. Assim, o período entre as duas guerras mundiais seria movimentado pelo esforço permanente dessas potências em defesa de seus parques industriais e de suas alianças estratégicas” (DOMINGOS NETO, 2007, p. 223).

6 Durante a Grande Guerra, os ingleses fabricaram 2.636 tanques e os franceses 3.870; os alemães produziram apenas 20 (PHILBIN, 2006. p. 341).

ís.⁷ Os “jovens turcos” fundaram, em 1913, a revista *A Defesa Nacional* e influenciaram a Missão Indígena,⁸ que instruiu os alunos da Escola Militar entre 1919 e 1923. Inspiraram boa parte da oficialidade, principalmente os mais novos, como os então tenentes Góes Monteiro e Eurico Dutra. Esses oficiais ficaram profissionalmente marcados pela influência dos “jovens turcos”, manifestando fortes simpatias pelas técnicas e pelos processos de combate peculiares aos prussianos (FREIXINHO, 1997, p. 134). *A Defesa Nacional* foi uma grande entusiasta da contratação da missão alemã.⁹ Os jovens turcos promoveram uma intensa campanha de aperfeiçoamento profissional. Seu programa de reformas objetivava a:

[...] constituição do Exército em grandes unidades (divisão) desde os tempos de paz; recrutamento mediante obrigatoriedade do serviço militar; instrução orientada para o combate; campos de instrução em todas as guarnições; armamento moderno; munição para os exercícios de tiro; fardamento e calçamento adequados; contratação de uma missão militar estrangeira para colaborar na remodelação e aperfeiçoamento profissional do Exército. (COELHO, 2000, p. 93).

Apesar da pressão de *A Defesa Nacional*, a missão alemã nunca saíria do papel. As negociações foram atrapalhadas pela influência francesa sobre a elite brasileira, pela hábil diplomacia daquele país e por pressões paulistas, que haviam contratado uma missão militar francesa para transformar a Força Pública do Estado em um pequeno exército, capaz de resistir a qualquer intervenção federal (DOMINGOS NETO, 1979). Quando eleito presidente, Hermes da Fonseca, favorável à assinatura do contrato com a Alemanha em 1908, por motivos políticos, foi obrigado a rever sua postura.¹⁰ Os paulistas desejavam renovar o contrato com os franceses, que venceria em 1910. Os franceses indicavam que qualquer acordo do governo brasileiro com o Exército alemão impossibilitaria a renovação com os paulistas. Como aponta Manuel Domingos Neto, os franceses se valeriam de variados artifícios para

7 Os 36 oficiais foram divididos em três turmas. A primeira foi enviada para a Alemanha em 1906; a segunda, em 1908; a última, em 1910.

8 Dos 38 oficiais nomeados por concurso para serem instrutores da escola militar no Realengo – 13 na primeira turma e 25 na segunda – somente dois ex-estagiários do exército alemão integraram a missão indígena, os capitães Euclides de Oliveira Figueiredo e Epaminondas de Lima e Silva. Agradeço a um dos pareceristas do presente artigo por estas informações.

9 Segundo José Murilo de Carvalho (2005, p. 27), “A revista [*A Defesa Nacional*] era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do Exército alemão, a difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes, e a lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento [militar] da política, a defesa nacional”.

10 “As providências para a missão alemã estavam tão adiantadas que o tenente Amaro de Azambuja Vilanova, que concluíra seu treinamento com o grupo de [oficiais, enviado em] 1909, recebeu ordem para permanecer na Alemanha como ajudante do chefe designado para a missão” (MCCANN, 2007, p. 145).

vencer a “disputa pela missão que mudaria o Exército brasileiro”:

Os admiradores do modelo francês nunca constituíram uma tendência tão articulada e ativa como a dos “jovens turcos”. Raros foram os brasileiros que estiveram nas casernas e escolas militares francesas. Os “francófilos” eram numerosos, mas com atuação dispersa. Utilizando o grande prestígio intelectual da França no Brasil, os agentes franceses conseguiram organizar uma rede de amigos influentes. Parlamentares, ministros, donos de jornal eram acionados pelos franceses na defesa da ideia da contratação de uma Missão Militar. Os agentes do Exército francês no Brasil privilegiavam as relações com os oficiais brasileiros que tinham acesso às esferas oficiais. Os informes secretos enviados a Paris davam conta de pelo menos dois jovens oficiais brasileiros que atuavam articuladamente sob a orientação francesa: um certo tenente Guimarães, da família do Marechal Hermes da Fonseca, e o tenente Clementino de Carvalho, membro do Comitê de Redação da Revista do Estado-Maior. O primeiro informava pormenorizadamente sobre todas as conversas reservadas que presenciava no círculo íntimo do Marechal; o segundo era encarregado de publicar na revista oficial do Exército brasileiro as matérias de interesse dos franceses (DOMINGOS NETO, 1980, p. 59).

São Paulo seria a ponta de lança dos interesses franceses. Ainda em 1910, Hermes recebeu convite para comprovar pessoalmente as qualidades do Exército francês; visitou unidades militares, escolas, fábricas de armas e foi recepcionado pelo Presidente da França (MCCANN, 2007, p. 146-147). Através de artigos em jornais, os agentes do Estado-Maior francês buscaram inflar o ego do Marechal. Essas manobras surtiram efeito pois, ainda em território francês, o Presidente brasileiro negaria qualquer preferência pelo Exército alemão. Todavia, para evitar embaraços com a Alemanha, Hermes não podia transferir subitamente sua preferência por uma missão francesa. O discurso adotado foi de que “o Brasil não receberia missão militar alguma, uma vez que seus oficiais eram bons o bastante para treinar suas forças”. Restrições orçamentárias e a Primeira Guerra Mundial, que mobilizou toda a capacidade militar europeia, adiariam a contratação da missão militar.

Como Ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca reativara, em 1906, a Confederação Brasileira de Tiro, criada em 1896 com o objetivo de aproximar os jovens das classes média e alta do serviço militar.¹¹ Em 1908, conseguiu, também, a aprovação da Lei do Sorteio e tornou obrigatória a instrução militar em colégios secundários.¹² Hermes, efetivando o Estado-Maior, objetivava que o EME finalmente

11 Em 1909, já existiam 50 sociedades de tiro organizadas, com um total de 13.511 membros (CARVALHO, 2005, p. 22).

12 A lei do sorteio militar entrou em vigor apenas em 1916. Contudo, já em 1925, dos 23.069 convocados pela 1ª Região Militar (Rio de Janeiro), apenas 3.947 (17%) se apresentaram. Destes somente 1.396 homens passaram nos exames físicos e médicos e puderam ser incorporados ao Exército (MCCANN, 2007, p. 235).

assumisse suas funções. O Ministro entendia que os oficiais do Estado-Maior, até então burocratas incapazes de planejar exercícios de treinamento e mobilização, deveriam deixar as tarefas administrativas de seus gabinetes de lado para passar a ter um contato direto com as unidades. Contudo, a organização do Estado-Maior do Exército só ocorreria anos mais tarde, com a vinda da missão de instrução francesa. Os velhos oficiais que frequentaram a Praia Vermelha não davam espaço e comando aos jovens que possuíam uma instrução mais técnica, inspirada no modelo europeu.

José Caetano de Faria, chefe do EME de 1910 a 1914 e Ministro da Guerra de 1914 a 1918, daria continuidade ao processo iniciado por Hermes da Fonseca. Faria e o general Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro, chefe do Estado-Maior de 1915 a 1921, de acordo com McCann (2007, p. 249), “foram os responsáveis por todo o desenvolvimento nativo do órgão antes da chegada dos franceses em 1919”. Os generais, contudo, divergiam quanto ao formato da reforma do sistema de ensino.

4 CONTRATO DA MISSÃO FRANCESA

Faria, apesar de simpático à campanha de renovação das práticas militares promovida pelos jovens turcos, era contrário à contratação de uma missão estrangeira para treinar o Exército como um todo; defendia apenas a contratação de especialistas em estratégia, jogos de guerra, mapeamento e aviação. Apesar de aprovar o envio de oficiais para estágio no exterior, Faria acreditava que caberia aos brasileiros filtrar e adaptar à realidade nacional os ensinamentos adquiridos. Bento Ribeiro era favorável à contratação de uma missão militar estrangeira, aos moldes das que modernizaram a Força Pública Paulista e o Exército argentino (que contratara os alemães); entendia que somente assim seria possível incorporar o espírito militar na organização do EME, que até então era composto por oficiais sem espírito prático, mais voltados para a filosofia e estudos matemáticos, reflexo do bacharelismo de Praia Vermelha:

Como complemento às ideias que vêm de ser expostas, como remete indispensável à reforma do ensino militar e do Estado-Maior do Exército, dever-se-ia aplicar em toda sua extensão a ideia corrente, dominante e vencedora de uma Grande Missão que venha integrar os Altos Estudos militares professados no nosso primeiro estabelecimento de ensino como nos iniciar nos segredos dos serviços do Estado-Maior. Não resta dúvida que aos atuais professores faltam, em geral, o espírito militar, o tirocínio prático, o conhecimento exato do mecanismo dos exércitos em seus menores detalhes.

Há não só no professorado militar como nos que labutam no Estado-Maior do Exército talentos brilhantes e inteligências esclarecidas de funda e elevada cultura científica, mas poucos possuem o necessário coeficiente prático, embora todos se achem em magníficas condições de assimilarem os mais difíceis problemas, desde que mestres provec-

tos na Arte os guiem convenientemente.

Saídos, em sua totalidade, das antigas escolas militares onde o ensino de matemática e de filosofia sobrepujava a tudo, onde por uma falsa e errônea orientação, os conhecimentos militares eram ministrados sob forma mais literária que real, e, portanto relegados para um plano terciário, todos esses professores e membros do Estado-Maior do Exército se ressentem do mesmo vício de origem. [...]

Haja vista a modelar organização da Força Pública de São Paulo, em que a Missão francesa a transformou numa força militar de valor altamente eficiente, que honra os créditos da intelectualidade do exército francês, para vermos que tal medida, extensiva ao Exército não virá melindrar o nosso patriotismo nem atentar contra as nossas instituições políticas. Os oficiais, que constituirão essa Missão, não virão exercitar comandos, nem arrancar, dilacerar direitos e regalias de quem quer que seja, virão apenas ensinar-nos, guiar-nos na solução dos grandes e difíceis problemas da Arte da Guerra. Não podemos nem devemos sob o ponto de vista de instrução militar teórica, prática e profissional ficarmos aquém das demais nações do continente sul-americano. [...]

Pouco importa a nacionalidade da Grande Missão, o que devemos é conciliar o útil e agradável, buscá-la entre as Nações europeias, cujos costumes, hábitos, língua e tradições se aproximam da nossa e sejam de fácil assimilação ao nosso meio. (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1996, p. 69- 70).

Apesar de manifestar predileção pela contratação de uma Missão francesa, Bento Ribeiro afirmava que pouco importava a nacionalidade da “Grande Missão”, desde que esta preservasse os direitos e a autonomia do Exército brasileiro. Contudo, em 1917, data do relatório apresentado, a Alemanha estava perdendo a guerra, o que justificava a contratação dos franceses. Os ataques de submarinos alemães a navios comerciais brasileiros e a subsequente adesão do Brasil à guerra ao lado dos Aliados excluía qualquer possibilidade de acordo com a Alemanha.¹³ Além disso, Ribeiro encerra sua fala manifestando que seria “útil e agradável” buscar a missão em nações europeias que se aproximassem linguisticamente, culturalmente e tradicionalmente do Brasil; certamente o General não se referia à contratação de uma missão portuguesa, espanhola ou italiana. Enquanto as discussões acerca da missão prosseguiam, Bento Ribeiro iniciou a revitalização da Escola Militar, os jovens turcos integrariam a chamada Missão Indígena.¹⁴

13 Com a entrada do Brasil na guerra, o Exército brasileiro aumentou seu efetivo para 52 mil homens. “O Exército tinha grande dificuldade até para alojar, vestir e alimentar tantos homens, quanto mais para treiná-los e armá-los” (MCCANN, 2007, p. 236).

14 Os oficiais formados pela “Missão indígena” enfrentavam obstáculos para colocar seus ensinamentos em prática. O choque entre a mentalidade dos “tenentes” e a “bacharelesca” e “acomodada” dos velhos oficiais cresceria e no começo da década de 1920 seria exacerbada. O depoimento de Cordeiro de Farias ilustra a situação: “O choque de gerações em determinadas regiões foi inevitável. Os tenentes que iam para o Rio Grande do Sul ou Mato Grosso eram mal recebidos em várias unidades por seus comandantes, que lhes diziam: ‘não me venham com estas ideias de instrução para não perturbar a vida do quartel. Somos uma família. Não queremos problemas’” (FARIAS; CAMARGO; GÓES, 1981. p. 66-67).

Finalmente, no dia 28 de maio de 1919, o presidente em exercício Delfim Moreira assinaria o decreto que autorizava a contratação da Missão Militar Francesa (MMF), que deu “de forma permanente, o estímulo para a modernização e aperfeiçoamento profissional” do Exército brasileiro (COELHO, 2000, p. 97).¹⁵

A Missão Militar Francesa [...] inicia seus trabalhos em 1919 e permanece cerca de vinte anos no Brasil. Acompanhada passo a passo pelo comando francês, essa Missão transfigura o Exército brasileiro. A corporação ganha novas armas, inclusive o avião, marco da modernidade guerreira, e o seu ensino é reformulado, tornando-se mais técnico. [...] Os oficiais adotam uma “doutrina de guerra”, aprendem como se constitui e opera um Estado-Maior; tornam-se capazes de planejar e conduzir “grandes manobras”, exercícios de emprego combinado de tropas simulando operações de guerra. Ademais, os grandes problemas do desenvolvimento nacional entram na pauta de discussão dos que se preparam para exercer maiores responsabilidades corporativas. (DOMINGOS NETO, 2007, p. 220- 221).

Domingos Neto aponta que, antes da chegada da MMF, os oficiais brasileiros não sabiam como operar o Estado-Maior do Exército e não estavam habilitados para o planejamento sistemático da vida corporativa. O resultado dos exercícios de manobra de 1905 não foi dos mais animadores; a Guerra do Contestado mostrou as debilidades e os desafios que o Exército brasileiro deveria enfrentar. O Chefe do EME, Bento Ribeiro, além de ardoroso defensor da contratação de uma Missão Militar estrangeira era também um visionário. Em 1915, quando o mundo assistia estarelecido ao desenrolar dos conflitos da Grande Guerra, encomendou uma série de estudos que tratavam da aquisição de aviões e a organização do serviço aéreo dentro do Exército brasileiro (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1996, p. 59-62). Talvez, a maior prova do espírito esclarecido desse general tenha sido a defesa da autonomia do aparelho militar brasileiro.

Por outro lado, o general Maurice Gamelin, principal chefe da MMF, defendeu agressivamente os interesses franceses. De acordo com Domingos Neto (2007, p. 231-237), Gamelin muitas vezes agia como um empenhado agente comercial francês, interessado em vender e divulgar as “maravilhas industriais” de seu país.¹⁶

15 As negociações ocorreram em Paris, entre maio e setembro de 1919. A Missão Militar Francesa teria como tarefas: “criar os alicerces de um exército moderno, organizando escolas para treinar oficiais profissionais, melhorando a capacidade do Estado-Maior para dirigir o Exército, reformulando os regulamentos sobre treinamentos e táticas, elaborando um sistema de promoções que assegurasse a ascensão dos oficiais mais capazes aos postos de liderança importantes e criando verdadeiras unidades táticas” (McCANN, 2007, p. 269- 270).

16 “Naquela época, as vendas que mais interessavam os franceses eram de aviões e de material de artilharia. Nesses domínios, a concorrência era bem mais acirrada e Gamelin mostraria seu especial talento como estrategista de negócios comerciais: já em suas primeiras proposições para a reforma do ensino e para a remodelação do Exército, o comandante da MMF prescrevia em detalhes grandes aquisições” (DOMINGOS NETO, 2007, p. 234).

Além de interceder diretamente na compra de aviões e peças de artilharia, Gamelin influenciou na aquisição de cozinhas de campanha, aparelhos telegráficos, viaturas a tração animal e tecidos para uniformes.

O General pretendia tornar o Brasil dependente das instruções e das fábricas francesas, não admitindo que o Ministério da Guerra ou o Exército brasileiro comprassem equipamentos dos concorrentes franceses ou contratassem qualquer profissional estrangeiro para serviços técnicos, como o de cartografia. A defesa intransigente dos interesses de seu país faria com que Gamelin atacasse rudemente oficiais brasileiros que advogavam a favor de uma maior autonomia para compra e contratação de instrutores e técnicos de outras nações. O próprio Bento Ribeiro, que intercedeu favoravelmente para a contratação da MMF, por ter tentado evitar a estrita dependência de fabricantes franceses, foi tachado de “germanófilo” pelo General francês. As pressões exercidas por Gamelin forçaram o pedido de demissão do Chefe do Estado-Maior, gerando grandes insatisfações na guarnição do Rio de Janeiro (DOMINGOS NETO, 2007, p. 241-244).

5 CONSEQUÊNCIAS DO NOVO ENSINO MILITAR

João Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra entre 1919 e 1922, daria continuidade ao processo modernizador apoiando decididamente a Missão Francesa. Em abril de 1920, sob supervisão e organização francesa, foram abertos os novos cursos de Estado-Maior, que preparariam os majores e tenentes-coronéis que futuramente comandariam o Exército. Naquele ano, foi inaugurada a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), destinada à formação dos capitães que comandariam as companhias, esquadrões e baterias. A Missão Militar Francesa também ofereceu um curso de Revisão de Estado-Maior, para os oficiais de geração intermediária: Foi na formação de bons oficiais de Estado-Maior que a missão [militar francesa] exerceu seu maior impacto. [...] Foi a Missão Francesa que tornou possível o início da implementação da nova doutrina [de defesa] graças à formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do órgão. (CARVALHO, 2005, p. 28-29).

O ministro Calógeras destacou-se também pela busca da resolução de dois graves problemas pertinentes à administração do Exército: “a renovação dos quartelamentos e os fundamentos da indústria bélica do País” (FREIXINHO, 1997, p. 152).

Durante a Primeira República, o Exército passou por uma série de reformas que tinham como objetivo aumentar sua eficiência como instrumento bélico. A corporação armada buscou a melhora da organização do ensino de formação e do aperfeiçoamento dos quadros permanentes. Aprimorou o recrutamento de contingentes; perseguiu a modernização do equipamento, a melhoria dos quartelados e o adestramento das grandes unidades.

A tendência modernizadora teria continuidade ao longo da década de 1920. Contudo, as cisões políticas no interior das Forças Armadas, provocadas pelo próprio processo modernizador, acabariam por frear esse processo.

Por suas grandes repercussões na vida nacional, a modernização do Exército conduzida pelos militares franceses merece atenção. De fato, o principal instrumento de força do Estado brasileiro amplia sua dependência em relação aos fornecedores estrangeiros e, sobretudo, entra em descompasso com a realidade: seria impossível, num país “atrasado”, o uso adequado de equipamentos e técnicas desenvolvidas em países industrializados. A mudança no Exército gera profundas clivagens entre os oficiais: os mais jovens passam a desafiar abertamente a hierarquia e a envolver-se em rebeliões posteriormente conhecidas como tenentistas. Compreendendo a relação estreita entre a eficiência militar, as condições socioeconômicas, o desenvolvimento técnico-científico, os serviços públicos e a formação do sentimento patriótico necessário para legitimar o serviço militar universal e obrigatório, os oficiais mais jovens se preparam para intervenções de longo alcance na vida nacional. Sem dúvida, a França foi fundamental na preparação do Exército que interferiu decisivamente na vida brasileira ao longo do século XX. (DOMINGOS NETO, 2007, p. 221).

As clivagens mencionadas alimentariam os movimentos tenentistas de 1922 e 1924. A vida da corporação foi, então, completamente tumultuada, registrando-se inclusive o fechamento da Escola Militar de Aviação. Todos os aparelhos recém-adquiridos da França foram inutilizados. O debate político tomou conta do corpo de oficiais, sem qualquer respeito pelos princípios hierárquicos. A atenção do comando da Corporação ficou voltada para o combate aos oficiais rebelados que, em 1924, iniciaram uma longa marcha pelo território brasileiro, que ficaria conhecida como a “Coluna Prestes”.

Após 1930, rebeldes e legalistas, “germanófilos” e “francófilos”, quase todos cerrariam fileiras sob a bandeira da modernização conduzida por um civil, Getúlio Vargas. Góes Monteiro, representante indiscutível da tendência militar modernizador, por ter se destacado como aluno do general Gamelin, se tornou instrutor da Missão no início de sua carreira.¹⁷ A maioria dos generais que instauraram o Estado Novo e estiveram à frente do golpe de 1964 foram formados ou influenciados pela Missão Francesa. Os tenentes rebeldes dos anos 1920 passaram a integrar a corrente hegemônica de uma corporação que lograra adquirir um dos traços caracterizadores do aparelho militar moderno: a coesão doutrinária no que diz respeito aos assuntos militares.

17 Góes Monteiro apesar de ter sido instrutor da Missão Militar Francesa era estigmatizado de “germanófilo” e “simpatizante do regime totalitário alemão”. Tal fato pode estar relacionado à admiração que o jovem Góes nutria pelos “jovens turcos” e pelo modelo profissional alemão, esta última relatada no livro “O general Góes depõe...”, de Lourival Coutinho.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DORATIOTO, Francisco. *A guerra do Paraguai: 2ª. visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991, (Col. Tudo é História).

DOMINGOS NETO, Manuel. *Influence Étrangère dans la modernization de l'armée brésilienne (1889-1930)*. Tese de doutorado, Universidade de Paris III, 1979

_____. Influência Estrangeira e Luta Interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. Gamelin, o modernizador do Exército. *Tensões Mundiais*, Fortaleza: Observatório das Nacionalidades; São Paulo: Annablume, v.3, n.4. p. 219-256, jan./jun. 2007.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Documentos históricos do Estado-Maior do Exército*. Diniz Esteves (compilador). Brasília: Edição do Estado Maior do Exército. Brasília, 1996.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de; CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

FREIXINHO, Nilton. *Instituições em crise: Dutra e Góes Monteiro: duas vidas paralelas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

FULLER, John Frederick Charles. *A conduta da guerra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrade de. *Os jovens turcos bo processo de desenvolvimento do Exército Brasileiro e da nação*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2011.

MCCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do Exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Jeovah. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

PHILBIN, Tom. *As 100 Maiores Invenções da História: uma classificação cronológica*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.